
OS USOS DO TERRITÓRIO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: A COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI (RJ)

Los usos del Territorio y los circuitos de la economía urban: la comercialización de pescado en Niterói (RJ)

Luís de Souza Junior
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - FFP/UERJ
ljunior.geo@gmail.com

Artigo recebido em 09/10/2014 e aceito para publicação em 30/03/2015

DOI: [10.12957/tamoios.2015.13236](https://doi.org/10.12957/tamoios.2015.13236)

Resumo

O presente artigo pretende analisar os usos do território sob o prisma da comercialização do pescado no município de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Para tanto, nos pautamos em dois mercados distintos: o São Pedro, que concentra o pescado de outras regiões, ultrapassando e muito a escala local e o mercado de Itaipu em que o pescado capturado no litoral é vendido na praia e nas proximidades da região oceânica de Niterói. Enquanto no primeiro o nível de capital, organização e tecnologia o coloca frente aos circuitos superiores da economia do pescado, no segundo o comércio é realizado para a manutenção e existência do grupo de pescadores que trabalham no local, os colocando no circuito inferior da economia urbana.

Palavras-chave: Território usado; economias locais; comércio do pescado; Niterói.

Resumen

Este artículo pretende analizar los usos del territorio a través del prisma de la comercialización de pescado en Niteroi , zona metropolitana de Río de Janeiro. Para tanto, nos han guiados en dos mercados distintos: el San Pedro, donde se concentra o pescado en otras regiones pasando y muy la escala local e o mercado de Itaipu donde el pescado es capturado en la costa se vende en la praya y en las proximidades de la región oceánica de Niterói. Mientras lo primero el nivel de capital, organización y la tecnología pone delante de los circuitos superiores de la economía del pescado, en el segundo el comercio se lleva a cabo para mantenimiento y la existencia de lo grupo de pescadores que trabajan en el lugar, de ponerlos en el circuito inferior de la economía urbana.

Palabras Claves: usos del territorio; economías locales; comercio de pescado; Niterói.

INTRODUÇÃO: POR UMA GEOGRAFIA DAS EXISTÊNCIAS

Para além dos grandes mercados capitalistas, que buscam incessantemente desmanchar a solidez das relações ancestrais, um olhar mais atento para os lugares nos revela a economia de base popular, meio de subsistência de grande parte dos pobres nas metrópoles. Por estar nos interstícios das “zonas luminosas” das cidades, tal economia por vezes não se desdobra no nosso olhar, exigindo mudança nos “óculos conceituais”. Estas mudanças demandam cada vez mais o entendimento do movente, do pensamento vivo e aberto que compreenda as pressões e estímulos das relações entre Sociedade-Estado-Território.

Dito em outras palavras, o pensamento pelo qual estamos interessados exige plasticidade conceitual e compromisso ético permanente com as racionalidades situadas e saberes práticos, mas também com a complexidade de tramas existentes na relação do lugar com o mundo (RIBEIRO, 2013). Nesse pensar, a razão e a emoção fazem parte da mesma totalidade, competitividade não suprime a sociabilidade, dominadores e dominados não fazem parte de uma matriz binária global.

Boaventura de Souza Santos (2006) nos indica um importante procedimento sociológico denominado “Sociologia das ausências”, para a superação de conceitos e categorias reducionistas que aprisionam o pensar e a própria experiência do Outro, dos muitos Outros. O autor aponta que a produção da pobreza da experiência não designa a carência de fato, mas sim é expressão da arrogância em não valorizar a experiência que nos cerca porque está fora da razão que podemos identificar, produzindo *não existências*.

Outra característica marcante da produção das não existências na sociedade ocidental é a desvalorização do local. A lógica da escala dominante é a escala adotada como primordial determinando a irrelevância de todas as outras escalas. Dessa forma, privilegiam-se as escalas que abarcam todo o globo adquirindo a prerrogativa de designar as entidades ou realidades rivais de “locais”.

A sociologia das ausências - associada à sociologia das emergências e ao trabalho de tradução - é um conjunto de investigações que prima em demonstrar que o que não existe é na verdade socialmente construído como não existente. Assim, se torna indispensável trazer a luz outras experiências além daquelas que são visíveis, transformando as ausências em presenças.

Tal como José de Souza Martins, no seu livro “A sociabilidade do homem simples”, acreditamos que é a partir do olhar para trivial que a sociedade propõe questionamentos mais complexos acerca da vida social. Acrescentaríamos neste âmbito, que são nos lugares onde as confabulações produzidas pelos agentes hegemônicos não conseguem se infiltrar que são produzidas as análises mais fecundas. Entretanto, devemos compreender o trivial a partir de sua relação com o mundo, ou seja, a partir do confronto entre diferentes escalas, não olvidando que o efeito da globalização hegemônica se produz e é produzido nos locais.

Uma reflexão mais próxima de nossas aferições se encontra alicerçada na noção de “geografia das existências”, proposta por Catia Antonia da Silva (2014). Tal noção nos convida a pensar o fazer geográfico para além das disciplinas parcelares, estabelecendo elos profundos entre a cultura, mercado e lugar sem negar a dimensão da natureza no processo de produção social do espaço. Além disso, refletir sobre o método e a episteme nos possibilita compreender as relações entre a macroeconomia e dominação dos grandes agentes com as microconjunturas dos sujeitos sociais.

A partir do diálogo com a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2013 b), a proposta apresentada nos permite reconhecer as formas de dominação do Estado, bem como as formas de dominações apresentadas no cotidiano a partir da sociabilidade. De outro modo, também nos permite reconhecer os processos de resistências e insurgências dos sujeitos portadores dos sentidos da ação social.

Por uma Geografia das existências é uma proposta de “consciência do fazer” que fazemos aqui e agora e que interfere na formação de gerações de geógrafos, quer sejam bacharéis quer sejam professores. A geografia das existências busca possibilidades sobre o uso de novos métodos de pensar que reconheça a dialética da dominação da resistência e insurgência como um processo que somente pode ser compreendido como totalidade. (SILVA, 2014, p.19)

A proposta contida no presente artigo versa sobre os circuitos da economia urbana da pesca no município de Niterói, caracterizado pela diferença e complementaridade entre os agentes que participam da comercialização do pescado, produzindo uma geografia desigual do lucro, onde grande parte da riqueza não fica nas mãos do pescador, mas dos inúmeros intermediários situados entre a comercialização na praia e o consumidor final. Outrossim, versaremos sobre os diferentes elementos estabelecidos entre os mercados de São Pedro e Itaipu. Enquanto o primeiro o nível de capital, de organização e tecnologia são

característicos dos circuitos superiores, o segundo demanda de outras dimensões para sua existência, tais como: envolvimento, cooperação e sociabilidade, características que vão além do modo de produção capitalista.

OS USOS DO TERRITÓRIO NO TEMPO PRESENTE

A busca e o sentido do banal é, também, elemento chave para compreender a cidade e o urbano. Para tanto, é fundamental distinguir esses dois elementos. Enquanto a cidade é a materialização do visível e do concreto, o urbano é o abstrato, imaterial, aquilo que dá sentido a cidade.

O desafio de compreender o tempo presente, diz SILVA (2013), consubstancia o diálogo entre a Geografia e Sociologia, pois permite o reconhecimento das formas de dominação bem como os processos de resistência e insurgências sociais circunscritas em determinados contextos. SANTOS (2006) nos ensina que a maneira como o poder e a compreensão do mundo são apreendidos tem muito a ver com concepções de tempo e temporalidade. Assim, no pensamento ocidental, o presente é contraído há um tempo fugaz em prol de um futuro em contínua expansão.

A contração do presente, ocasionada por uma peculiar concepção de totalidade, transformou o presente num lugar fugidio, entricheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. (SANTOS, 2006 p. 779)

A transformação do presente no “aqui agora” e a rápida adesão a consensos dificulta a percepção da vida cotidiana. De acordo com RIBEIRO & SILVA (2013) a adesão ao novo é o traço marcante da ação hegemônica, fato que impede a comprometida vivência no presente. Em outras palavras, a produção de objetos técnicos são rapidamente trocados e revalorizados tencionando as relações entre os objetos e as práticas sociais. Dessa forma, refletir sobre tempo presente também ajuda a pensar na força da presentificação, limitadora da vivência do dia-a-dia.

LEFEBVRE em “A vida cotidiana do mundo moderno” afirma que a transformação da obra (valor de uso) em produto (valor de troca) foi um fator fundamental para a afirmação da cotidianidade como premissa da vida moderna. Como atitude social, o

cotidiano é a relação entre o resíduo de todas as atividades determinadas e parcelares e produto do conjunto social (interesses e conflitos de classe). O cotidiano se manifesta no repetitivo, nas penúrias, nos prolongamentos, na abstinência, na privação dos desejos, na opressão e na mesquinha avareza, conferindo uma noção de tempo e espaço fragmentada entre os mais distintos agentes.

A análise dos usos diferenciados do território nos permite buscar a relação entre o sistema de objetos e sistema de ações, pois os usos do território e não o território em si constitui o objeto a ser estudado pela Geografia. Sinônimo de espaço banal, o território usado implica diferenciação a partir da cooperação e do conflito entre os agentes. Ou seja, os mesmos espaços e frações do espaço constituem usos diferenciados pela diversidade de agentes.

A relação indissociável entre técnica, ciência e informação torna possível financeirização do mundo, criando hierarquias entre os lugares e tornando possível a interpenetração do capitalismo em escala planetária. Prevista por Marx ainda no século XIX, a internacionalização do capital alicerçada na evolução dos sistemas de transportes e comunicação faz com que os Estados-nações percam autonomia frente às empresas transnacionais e organismos supranacionais. Ao passo que grandes obras foram criadas pela humanidade, tornando possível a superação de inúmeras intempéries do meio natural, hoje é patente o divórcio do homem com a natureza. A unidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor faz com que o território no atual período ganhe espessura informacional, deslocando o homem de sua práxis.

As técnicas se dão em conjunto e tem a capacidade de modificar o meio num dado momento. Quando substituídas por novas famílias técnicas, o meio geográfico também se modifica. As velhas técnicas substituídas pelas novas, a princípio não hegemônicas, nunca desaparecem totalmente, mas coexistem com o conjunto de técnicas hegemônicas. Entretanto, os usos do conjunto de instrumentos novos passam a ser utilizados pelos atores hegemônicos enquanto as outras técnicas são utilizadas pelos demais atores. Hoje, a utilização do conjunto de técnicas hegemônicas pode ser percebida em todo planeta instantaneamente. O princípio da seletividade cria hierarquias entre os lugares, fazendo com que as técnicas, agora hegemônicas, se reportem as técnicas hegemônicas nos grandes centros de decisão. Cabe à política das empresas transnacionais e à política dos

Estados à realização das técnicas a nível global.

Outra característica das técnicas hegemônicas do atual período é o seu caráter invasor. Esse conjunto de técnicas alienígenas tem a capacidade de criar solidariedades organizacionais entre lugares distantes, produzindo verticalidades e unindo a produção a partir da inteligência das firmas. A unidade técnica, que tem no computador o seu elemento central, possibilita a realização das finanças a nível global e a extração da mais-valia mundial, ao passo que distorcem a compreensão do fazer história do homem comum (MARTINS, 2012).

Os diversos usos do território se complexificam produzindo diferentes sistemas técnicos que permitem, por um lado, compreender a universalidade do movimento e, por outro, a correlação dos fenômenos. Em resumo, permitem compreender a materialidade e os modos de organização e regulação que se dão no território. Esse embate pelo controle dos espaços e frações de espaços locais se dá a partir dos eventos, criando interdependências nos lugares. A esses diferentes processos, Milton Santos denomina de aconteceres homólogos, complementares e hierárquicos.

Nos aconteceres homólogos os lugares se modernizam, mediante a uma informação especializada, propiciando laços de racionalidade e gerando contiguidades. Nesta forma de acontecer à dependência com a vizinhança faz com que outros laços possam surgir a partir da pedagogia da co-presença (RIBEIRO, 2013) e das relações vis-à-vis, que só podem ser estabelecidas a partir da proximidade.

Nos aconteceres complementares, os lugares próximos também são consequência da necessidade de modernização e fluidez, alterando os territórios a favor do aumento da produtividade. Estas experiências são características da relação das cidades entre si ou das relações campo-cidade.

Por ultimo, os aconteceres hierárquicos, o comando dos espaços são estabelecidos mediante a norma estabelecidas distantes dos locais alvos, alterando os valores locais. As grandes empresas criam topologias que tendem a desfazer os laços de contiguidade em proveito de uma lógica extemporânea que de nada tem a ver com a história dos lugares.

Para RIBEIRO os sentidos da ação além de comportarem as atividades econômicas, também comportam projeto enquanto ação política. Este contém a potência da práxis que conduz a força necessária para resistir à alienação característica da “*globalização*”

*perversa*¹. É nessa direção que SANTOS (1996) desvenda a força do lugar enquanto criador das densidades comunicacionais e portadora das verdadeiras solidariedades entre as pessoas, pois a proximidade é garantia de comunicação entre os participantes (idem). Daí decorre o fato de que tanto o lugar quanto o território se tornam esquizofrênicos pois

(...) de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam por uma nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção de pobres excluídos e marginalizados. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores, e experimentando a situação de vizinhança (que, segundo Satre é reveladora), essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim, junto a sua sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e pessoas juntos. (SANTOS, 2000 p. 114)

A diferença entre as velocidades se manifesta no conflito de interesse entre os agentes. Se por um lado, as grandes empresas procuram encurtar o tempo, de outro, os interesses dos agentes com menor alcance econômico e geográfico são por vezes opostos. Assim, o território apresenta duas formas de existência: uma globalizada e outra local, além de uma variedade de situações intermediárias.

O território enquanto recurso, abrigo e possibilidade acolhe tanto os tempos rápidos do Estado e das grandes empresas quanto os tempos lentos dos demais agentes. Nas cidades quem detém a força para desvendar as confabulações do discurso hegemônico são os homens lentos, homens estes que possuem os recursos indispensáveis para manutenção do próprio quadro de vida e, por isso, carregam consigo a potência para uma “outra globalização” pautada nas relações horizontais. Do contrário, aquele que detém a velocidade e mobilidade para esquadrihar as cidades, acaba por ver pouco da cidade e do mundo (SANTOS 2006).

O homem lento que Milton Santos faz menção converge com a noção de homem simples, proposta por José de Souza Martins. Esse homem vive a modernidade anômala e inconclusa extraindo os sentidos da vida social, fruto do cotidiano alienado e alienante. Trata-se de uma modernidade desconfortável despida da colagem cultural dos lugares, estabelecidas através da premissa do individualismo em detrimento aos homens e mulheres em comunhão.

No caso brasileiro, afirma Martins, a modernidade é algo que se vê, mas “não como

expressão do ser, do viver e do acontecer”, pois essa modernidade confronta todas as formas de fazer que não se enquadra no conjunto de exigências do “novo”, classificando-os de atrasado, residual e folclórico. No entanto, analisando a condição da modernidade nas grandes cidades esse autor percebe a íntima relação desta com a miséria.

Na favela de São Remo, uma invasão de terrenos públicos e particulares na vizinhança da Universidade de São Paulo, e em terrenos da própria universidade, o cenário é o de um articulado conjunto de casas inacabadas e sem alinhamento, cujos moradores são, em pequena parte, prestadores de serviço na universidade. No entanto, um surpreendente número de antenas parabólicas indica que a casa incompleta e precária e a mesa pobre não estranham a tecnologia sofisticada do satélite e o imaginário luxuoso da televisão (MARTINS 2012 36)

Nesse exemplo se torna patente à confluência de uma ordem global, pautada numa ordem técnica e operacional e tendo como trunfo a produção de necessidades a partir dos discursos e das imagens, e uma ordem local fundada no cotidiano, na copresença e vizinhança. (SANTOS 2006). E vizinhança na nossa proposição tem um sabor geográfico, pois ainda que a luminescência do grande capital oculte outras formas de saber e de saber fazer, não destroem os desideratos nas cidades.

Trazendo para o nosso estudo de caso, percebemos que apesar do cinismo dos discursos hegemônicos, que prega o fim da atividade pesqueira artesanal, os pescadores continuam exercendo o seu modo de vida nos lugares onde a modernização ocorre. A valorização dos grandes projetos não apagam as narrativas pesqueiras que, apesar de classificada como atividade atrasada, demanda de mais força e dinâmica dos homens comuns (simples ou lentos) para continuar existindo. Em suma, tal modernização alienante que conforma a vida cotidiana nas metrópoles são apropriadas pelos pescadores artesanais na cidade. As ausências contidas na pobreza e arrogância dos discursos modernizantes, tão bem descritos por Boaventura de Souza Santos, perdem fôlego nos trajetos e trajetórias dos homens do mar transformando-se naquelas Geografias das existências proposta por Catia Antonia da Silva.

OS MERCADOS NOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Segundo MORAES (1985), o grande tema que permeou as fronteiras

interdisciplinares entre a Geografia e a Economia foi à distribuição das atividades econômicas na superfície terrestre. Esse autor indica que os circuitos espaciais e círculos de cooperação devem ser analisados sob a ótica da mundialização do espaço geográfico e das relações sociais de produção.

Interessante observar que os impulsos globais se inserem nos lugares de diferentes formas, fazendo com que cada lugar participe de forma particular na divisão territorial do trabalho. Desta maneira, a difusão da modernização dos lugares provoca uma confluência de situações e diversificação dos usos do território.

Compreender a circularidade da mercadoria no território exige um grande esforço analítico, pois se torna necessário buscar o crescente elo entre a produção, distribuição, troca e consumo a nível mundial, afinal estes elementos, cada vez mais, são mediados pela circulação e participam de uma mesma totalidade diferenciada apenas no interior de uma unidade, como Marx corretamente expôs.

No entanto, se tratando do nosso estudo fenomênico, a análise marxista ortodoxa não dá conta de compreender o modo de existência dos homens e mulheres da pesca artesanal. Portanto, devemos estabelecer os vínculos entre mercados e os sítios simbólicos de pertencimento, noção proposta pelo economista Hassan Zoual (2006) que nos permite situar os pequenos mercados, pois a modernidade transposta é filtrada pelos homens situados no seu refazer cultural permanente nos lugares.

A divisão territorial do trabalho cria hierarquias entre os lugares, redefinindo o agir das pessoas, firmas e instituições (SANTOS, 2001). A densidade técnica e da informação produz novas solidariedades organizacionais, suprimindo os antigos modos de organização estabelecidos no lugar, daí a necessidade de substituir a noção de circuitos regionais de produção por circuitos espaciais de produção. Assim, os novos sistemas técnicos hegemônicos concomitantemente aos novos sistemas sociais são comandados pelas instituições supranacionais, empresas multinacionais e Estados, direcionando os objetos mundializados e relações sociais mundializadas.

A origem do termo “circuito de produção” remonta a Marx na sua “Introdução à crítica da economia política” pelo qual afirma que a produção da mercadoria não se encerra no simples ato de produzir, pois a produção, distribuição, circulação e consumo, apesar de serem atos diferentes, são momentos ou fases de um processo único entrelaçado

mutuamente. Nas palavras de Marx

O produto recebeu seu acabamento final no consumo. Uma estrada de ferro em que não se viaja e que por conseguinte não se gasta, não se consome, não é mais que uma estrada de ferro *dynamei*, e não é efetiva. Sem produção não há consumo, mas sem consumo não há produção. O consumo produz de uma dupla maneira a produção. (MARX 1982p.8)

Os circuitos espaciais são a espacialização da produção-distribuição-troca-consumo que tem como princípio a compreensão dos usos do território a partir da dinâmica dos fluxos; identificação da relação da divisão territorial do trabalho na escala nacional num dado momento e o diálogo estabelecido entre as lógicas horizontais e verticais, enquanto os circuitos de cooperação expressam a divisão espacial da produção de uma determinada mercadoria designando conexões entre as várias etapas do processo de produção. Julia Adão Bernardes (2010) afirma que a necessidade de superar as “rigidezes” espaciais fez com que as grandes empresas busquem novas estratégias, instalando-se em novos territórios a partir de uma dinâmica seletiva e em função de vantagens competitivas, “aprofundando as especializações produtivas e conduzindo a novas divisões territoriais do trabalho”, descentralizando o processo produtivo.

Tal como ARROYO (2008) ensina,

“(…) existem circuitos espaciais extremamente dispersos e outros concentrados no território, circuitos extrovertidos, voltados para o mercado global e circuitos introvertidos, que possuem a sua produção e circulação voltados para o município ou para apenas um distrito. Ainda que tais unidades de produção do circuito estejam dispersas a partir de uma lógica mundial, os circuitos espaciais de produção são, portanto, úteis para revelar o quanto o trabalho é comum, solidário e circular” (ARROYO 2008 p. 3).

Para compreensão dos níveis de organização e de capital nas cidades, outro importante ponto de partida se encontra na análise dos dois circuitos da economia urbana, desenvolvida por Milton Santos (1979). Neste caso, diferente dos circuitos espaciais onde o elemento central se encontra no ramo (circuito de ramos), o enfoque dado a teoria dos circuitos da economia urbana são nos agentes (circuito de firmas). Pensar na justaposição entre esses dois conceitos nos ajuda a refletir sobre a complexa vida de relações estabelecidas na grande cidade capitalista.

Encontramos uma releitura dos circuitos da economia urbana, necessária para o atual período, em Maria Laura Silveira (2013). Esta autora nos ensina que a economia

política do urbano, interroga sobre como é utilizado o território, ou como se dá a repartição entre homens, capitais e instrumentos de trabalho no espaço, ou ainda como se dão os conflitos e cooperação entre os diversos agentes no território. Indagar sobre tais temáticas, segundo a autora, exige outro plano de análise, a economia política da cidade. Esta busca descobrir como os agentes urbanos encontram seus lugares na cidade, ou como são realizadas as diversas formas de economia ou na metrópole, ou quais são as feições dos circuitos da economia urbana. A economia política do urbano e a economia política da cidade são ordens espaciais interdependentes que buscam desvendar os circuitos superiores e inferiores econômicos nas cidades. Trataremos mais especificamente destes circuitos nas linhas que se seguem.

Os circuitos superiores da economia caracterizam-se pela densidade técnica e informacional, demanda de capital intensivo para realização de suas atividades, suas relações de criação são padronizadas, imitativas, além de manipular uma grande quantidade de mercadorias. Por estar ligado à lógica mundial por um denso sistema de engenharia, este conjunto de agentes possuem a capacidade de interferir diretamente nas políticas territoriais nacionais, como na criação de redes de transferências (estradas de rodagens, portos e aeroportos) além de se beneficiarem de incentivos fiscais para se alocarem em determinadas cidades.

Desse modo, ocorre a criação de um sistema de circulação, material e imaterial, para sua dispersão geográfica. A título de exemplo, sob os auspícios dos imperativos microeconômicos, os agentes do referido circuito buscam as melhores áreas de pesquisa e elaboração do seu produto e/ou sob os auspícios macroeconômicos, buscam participar da elaboração do preço do produto. Assim, as grandes empresas criam topologias diferenciadas que cada vez mais tencionam as escalas geográficas.

O aumento dos fluxos a partir da criação de novos sistemas de engenharia engendra a produção de novos fixos espaciais, impactando sobre a urbanização dos lugares. É dessa forma que surgem as cidades médias que, ao contrário da metrópole que abriga diversas divisões territoriais do trabalho, não absorvem uma quantidade significativa de pobres. A densidade demográfica e comunicacional, seja nos centros urbanos deteriorados, nas periferias, ou mesmo em bairros de classe média da metrópole, propicia à coexistência a partir de uma ordem horizontal de atividades de compra e venda em pequena escala. Por

isso, Arroyo (2008) afirma que os circuitos inferiores e os circuitos superiores convergem, cooperam e interagem na mesma cidade.

Os circuitos inferiores da economia urbana não podem ser caracterizados como circuitos tradicionais, pois devido ao fato de seus agentes buscarem a resignificação dos seus objetos e de suas práticas para continuar existindo em ambientes hostis no tempo presente. Neste sentido, os circuitos inferiores não fazem parte da chamada economia pré-capitalistas porque as novas técnicas se infiltram no cotidiano metamorfoseando as relações sociais.

Esse circuito caracteriza-se pela baixa tecnologia, pelo comércio não moderno, utiliza trabalho intensivo para realização de suas atividades e encontra seus elementos de articulação em contiguidade demandando, portanto, da densidade demográfica e comunicacional estabelecidas nos lugares. Variadas são as consequências da formação deste circuito pelo qual podemos citar a insuficiência do mercado e das políticas públicas em gerar emprego e a luta contra a exclusão social e a pobreza tanto nos países do Sul quanto no Norte.

Concordamos com ARROYO (2006) quando distingue categoricamente os agentes dos dois circuitos. Enquanto os agentes dos circuitos superiores estão preocupados com o movimento de expansão do capital e inserção na economia competitiva, os agentes do circuito inferior estão preocupados com a sobrevivência da família e da comunidade. A convivência dos dois circuitos na cidade se dá, portanto, pelo fato da modernização não conseguir atingir ao mesmo tempo todos os lugares, produzindo diferenciações de produção e de consumo no seu interior.

Em sintonia com ARROYO, Pedro HESPANNA afirma que:

“A convivência de formas distintas de produzir, trocar e consumir em sociedades abertas dá origem a diferentes resultados do afrontamento de princípios, lógicas e racionalidades distintas e ao desenvolvimento de práticas mais ou menos impuras, mais ou menos heterogêneas e muitos sensíveis às mudanças conjunturais que ocorram em qualquer dos lados. Há sobretudo que reconhecer o caráter plural das economias de hoje e saber analisar, a partir dele e cada caso, como se fazem sentir e como interagem os fatores de integração e os fatores de autonomia no processo de hegemonização do capital, não descurando as diferentes escalas em que esse processo opera.” (SANTOS e RODRIGUES, HESPANNA apud 2011, p. 206).

A economia de base popular pode ser classificada entre aquelas em que estão

alinhadas com o empreendedorismo individual, buscando maximizar os lucros e não confundindo a esfera familiar com os negócios e aquelas economias dedicadas à produção do bem estar do grupo, com um sentido mais amplo de comunidade onde a cooperação e a sociabilidade são fundamentais para existência do mercado em sua concretude.

Acerca da economia popular HESPANNA argumenta que

O conceito de economia popular, intimamente ligado aos outros dois, distingue-se dele por acentuar a condição do sujeito coletivo “povo”, a parte mais desprovida da sociedade por categorias privilegiadas pelo nascimento, pela cultura, pela fortuna. Numa dada acepção esta economia é constituída por atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização da sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação das necessidades básicas, tanto materiais como imateriais. (HESPANNA 2011 p. 209)

Percebemos a vivacidade das economias populares se encontra nos pequenos gestos, seja quando os homens do mar dão preferência aos consumidores finais ainda nas praias, ou quando os compradores dão preferência à compra do peixe fresco direto com o pescador, em detrimento aos peixes congelados nas peixarias. Trocas socialmente necessárias, como nos ensina Ana Clara Torres Ribeiro (2013), destinadas a satisfação das necessidades, do bem viver em detrimento a produção de estilos de vida.

As economias populares neste sentido são frutos da necessidade coletiva, da negociação e das relações vis- a -vis, mas também são oriundas do confronto e da cooperação entre formas econômicas distintas que, como foi exposto acima, são responsáveis não só pela economia, mas pela produção e organização do espaço geográfico.

O CIRCUITO SUPERIOR DO PESCADO: O MERCADO DE SÃO PEDRO

O mercado de São Pedro é um dos maiores mercados especializados em pescado do Brasil. Atualmente o referido mercado possui 38 boxes de venda do pescado mais 1 box de verduras e possui um alcance que extrapola os limites da metrópole, tendo em vista que o pescado vendido chega de muitos outros lugares. Dentre os consumidores estão chefes da mais refinada gastronomia de restaurantes especializados e bares diversos da metrópole. O segundo e o terceiro andar possui uma estrutura com bares e restaurantes em que os peixes consumidos nos boxes podem ser levados pelo consumidor e preparados na hora. Diferente da estrutura precária feitas de palafitas em que o pescador desembocava bem próximo do

antigo mercado na rua da praia para comercializar o seu pescado, o novo mercado possui uma estrutura organizacional complexa.

Procuramos fazer uma breve entrevista com seis peixeiros que trabalhavam nos boxes do mercado. No que concerne ao fornecimento do pescado encontramos as seguintes respostas:

- Compra do pescado através do leilão: comerciantes compram o pescado oriundo da pesca industrial, artesanal e da aquicultura mediante ao leilão;
- Compra direta com o pescador: Os comerciantes compram diretamente na embarcação, eliminando o intermediário;
- Compra com o atravessador: O pescado é trazido pelo intermediário e vendido para o comerciante.
- Empresa atacadista: a empresa atacadista possui o box de venda do seu pescado no mercado.

Apesar de maior parte do pescado vendido no mercado de São Pedro ser proveniente da colônia Z8, outra parte do pescado é proveniente de outros mercados atacadistas como o CEASA. Estima-se que quantidade de pescado vendido, segundo dados da Associação dos Comerciantes e Amigos do Mercado de São Pedro varia entre 50 toneladas por semana (em dia comum) a 150 toneladas na semana Santa e o número de consumidores varia entre e 5 à 7 mil pessoas por semana chegando a triplicar na semana Santa.



FIGURA1: Mercado de São Pedro semana comum Fonte: SOUZA JUNIOR, LUIS 2013.



FIGURA 2: Mercado de São Pedro semana Santa. FONTE: O GLOBO, 2014

Dentre as formas de beneficiamento do pescado foram encontramos: i Peixe inteiro lavado; ii Eviscerado e descabeçado sem escamas; iii Eviscerado descabeçado, sem nadadeira e sem escamas; iv Cortado em postas após descabeçamento e evisceração; v Filé com espinhas; vi Filé sem espinhas e com/ sem pele e vii embalado.

Os preços do pescado (TABELA 1) podem variar bastante entre uma peixaria e outra ou simplesmente não variar. Não conseguimos identificar a natureza dessa mudança, mas nossa hipótese é que a variação dos preços do pescado pode estar relacionada às formas de fornecimento do pescado (descritas acima) e, portanto, a cadeia produtiva do pescado.

TABELA 1-Preço da comercialização do Mercado de São Pedro R\$/ KG- Out 2009

Inteiro Fresco	Mínimo	Máximo
Anchova	8,00	9,99
Atum de Cabo Frio	7,99	8,99
Badejo	25,99	
Cação	13,99	
Cavalo de Cabo Frio	25,99	
Cherne	13,99	
Congro Rosa	11,99	13,99
Corvina de Linha	5,99	7,99
Dourado	8,50	
Espada	4,99	

Galo	5,00	
Garoupa	24,99	
Manjubinha	6,00	
Namorado legitimo	13,99	17,00
Namorado batata	7,99	9,99
Pampo amarelo	9,99	
Pescadinha	6,99	9,99
Pescadinha perna de moça	12,99	
Pirauna	6,99	9,00
Robalo	25,99	
Salmão	18,00	21,00
Sardinha	2,99	
Tainha	7,99	
Trilha	9,99	11,99
Vermelho pargo	6,99	14,99
Vermelho sioba	15,99	
Vermelho dentão legitimo	15,99	
Xerelete	5,00	7,99
Posta		
Badejo	18,00	19,00
Cação	13,99	
Cherne	24,00	
Dourado	22,99	24,99
Filé		
Cação	13,99	
Congro		
Linguado	26,99	31,99
Marlin	10,99	
Pescada	11,99	17,99
Salmão	26,99	36,99

Sardinha	4,00	4,99
Tamburil	16,00	
Outros		
Lagosta	25,00	35,00
Lagostinha	30,00	
Lula	16,00	20,00
Mexilhão	9,99	12,00
Mexilhão Cabo Frio	15,99	
Mexilhão de Itaipu	10,00	
Ova de pescada congelada	10,00	12,00
Ostra	20,00 a dúzia	
Ova fresca de Dourada	5,00	
Polvo	9,99	16,00
Siri	12,00	20,00
Sururu	10,00	
Camarão		
Rosa VP	11,99	28,00
Rosa VM	30,00	32,00
Rosa VG	40,00	
Cinza pequeno	10,00	15,99
Cinza médio	13,00	16,00
Cinza Grande	17,99	20,00
Cinza pequeno sem casca	12,00	

FONTE: INFOPECA, 20

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA: O MERCADO NA PRAIA DE ITAIPU

O bairro de Itaipu está situado na região oceânica do município (**FIGURA 3**). Trata-se de uma área caracterizada pelo contraste entre a precariedade de moradia nas encostas e as casas e apartamentos luxuosos que vem se multiplicando na região oceânica da cidade desde a década de 1990, com grande atuação de empresas do setor imobiliário.

Outrossim, os conflitos também estão situados no seu espaço aquático, onde a sobrepesca da atividade pesqueira industrial; o despejo de resíduos oriundos da atividade portuária aliados a criação de áreas de fundeio para navios de grande porte , criam uma série de empecilhos para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Mas apesar de tudo, continua sendo uma área psicosa.



Fonte: Euzebio, Rodrigo Correa, 2014

O comércio em Itaipu demanda de outros registros que produzem normas e valores locais, estabelecidos mediante a densidade comunicacional, como a cultura e envolvimento. O mercado de pescado em Itaipu se realiza pela manhã podendo chegar perto da tarde, dependendo da quantidade de compradores e pescado capturado. Conforme as embarcações chegam, um grupo de compradores se aglomera (FIGURA 4 e 5) enquanto os pescadores negociam o valor do pescado a atacado de toda a produção mediante ao leilão. Pelo fato da compra constante do gelo se tornar custosa, o pescador da preferência para a comercialização a atacado, logo que desembarca em terra firme. Na medida em que se desdobra o leilão, a negociação dos preços também se traduz na quantidade do pescado, medida através da balança na praia. Na falta de compradores, o pescado é beneficiado e exposto nas bancas para ser vendidos a varejo. Dentre os principais consumidores a atacado que podemos registrar, destacamos os: (i) Comerciantes locais; (ii) os pequenos atravessadores e os (iii) bolseiros. Trataremos especificamente desses três tipos de consumidores nas linhas a seguir.



Figura 5: Comerciantes se aglomerando na banca de pescado. SOUZA JUNIOR, LUIS, 2014.



Figura 6: Comerciantes se aproximando da embarcação: SOUZA JUNIOR, Luis. 2014.

Os comerciantes locais são donos de restaurantes e quiosques da região oceânica de Niterói que revendem o pescado para os banhistas que frequentam a praia. Destacamos neste sentido, a sazonalidade destes consumidores, tendo em vista que nos dias mais frios, o movimento de banhistas diminui e conseqüentemente a “saída” do pescado é menor.

Os pequenos atravessadores são intermediários que revendem o pescado para pequenas e médias peixarias da região oceânica de Niterói e no município de Maricá. A área de influência destes atravessadores é pequena e depende diretamente do nível de capital investido no armazenamento. Nos momentos de baixa procura e de baixa captura, os atravessadores buscam comprar em grande quantidade para que possam armazenar e

revender em outro dia, o que faz com que os pescadores deem preferência a esses compradores “fidedignos”.

Os bolseiros são intermediários de baixo poder aquisitivo que comercializam o pescado nas feiras livres, pequenas bancas, nas ruas do bairro e no mercado popular do Largo da Batalha, bairro do município de Niterói. Possui uma estrutura de armazenamento do pescado, bem como a capacidade de deslocamento precária, variando de automóveis surrados com isopor e gelo, bicicletas e até mesmo cavalo munidos de cestas artesanais para o armazenamento.

Os pescadores em comunhão com outros companheiros de mar buscam “resolver a vida” através da cooperação e sociabilidade. Este fator se torna evidente quando o pescador volta de sua empreitada sem capturar uma quantidade significativa de pescado, auxilia, juntamente ao pescador que capturou mais, no beneficiamento e exposição do pescado nas bancas, ficando com uma parte do lucro adquirido na venda.

O nível de renda dos consumidores a varejo (**Figura 7**) influencia diretamente na “saída” do pescado na praia. Enquanto os consumidores da classe média buscam os peixes mais nobres como a Garoupa e a Pescada branca, os consumidores com o nível de renda mais baixo buscam peixes mais baratos, como a Cocoroca e a Corvinota. Vale reiterar que, mediante à perecibilidade do pescado, quando a “saída” não é muito grande, os próprios pescadores tratam de distribuir de graça o pescado para os consumidores de baixo poder econômico, quando não conseguem vender.



Figura 7: Consumidores a varejo na banca. SOUZA JUNIOR, Luís 2014.

Parte da renda da venda do pescado é utilizada para manutenção da embarcação, das artes de pesca e na compra do gelo. O restante é dividido entre os pescadores que auxiliaram na captura, pelo qual uma parte maior fica com o dono da embarcação e o restante dividido em partes iguais entre os companheiros de empreitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é a parte inicial da feitura de um projeto mais ambicioso, sendo por isso marcado por incongruências típicas de uma pesquisa embrionária, levando em conta a incipiente literatura sobre os mercados de peixe do nosso recorte espacial. Pretendemos nesse momento, um primeiro esforço de análise referente ao estudo dos mercados do pescado no leste metropolitano do Rio de Janeiro. Fica assim, registrada a incompletude deste trabalho.

No que concerne aos resultados parciais da pesquisa, notamos que as mudanças ocorridas no mercado de São Pedro nos últimos anos, fazem parte dos circuitos superiores da economia. Todavia, sem correr o risco de generalização, ressaltamos que existem pescados típicos do comércio popular como sardinha e corvina, mas a estruturação do mercado de São Pedro, a partir do referido paradigma, o modifica e interliga aos fluxos financeiros mundiais, característicos dos circuitos superiores da economia.

Diante do exposto, percebemos que para a compreensão da produção e circulação do pescado no município de Niterói exigem mudanças significativas nos “óculos conceituais”, mudanças estas que proporcionem a superação das abstrações generalizantes, construídas por e a partir de hipóteses reducionistas da ciência moderna, ou no dizer de ZOUAL exigem uma epistemologia suave que de conta das incertezas e contingências locais.

Em contraste as adversidades proporcionadas pelo grande capital- com o precioso apoio do Estado- os pescadores e comerciantes buscam “resolver” a vida se utilizando da astúcia. Pelo fato, dos usos destes mercados estarem em mutação permanente no tempo presente, não cabe mais situar sob a premissa da tradição, em oposição ao moderno. Outrossim, os mercados contêm códigos comportamentais e registros sociais para além da grande economia, como cooperação, sociabilidade e relações face- a- face, há muito

perdida na era da impessoalidade.

NOTAS

1 - Alusão a metáfora que Milton Santos utiliza em “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” para exemplificar o atual período histórico fundado na competitividade e fluidez do dinheiro em detrimento aos valores suprimidos por essa sociedade como emoção, solidariedade e comunhão entre os homens.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Monica. A economia invisível dos pequenos. São Paulo: Le monde: diplomatieBrasil, outubro de 2008. <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>

BELSHAW, Cyril S. Troca tradicional e Mercado Moderno. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1968.

BERNARDES, Julia A; Aracri, Luís A. S.. Espaço e circuitos produtivos: a cadeia de carne/grãos no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

BERNARDES, Lysia C.; Bernardes, Nilo. Pesca artesanal no litoral do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia: janeiro-Março 1950.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Publifolha, 2000.

GONZAGA de Sousa, L. (2006) MERCADOS: Da abstração à desigualdade social. Edição eletrônica. Texto completo em www.eumed.net/libros/2006a/lgs-merc/

HESPANHA, Pedro. Economia solidária de raiz popular: A fase adulta da metamorfose? In Economia solidária: Questões teóricas e epistemológicas. Hespânia, Pedro e Santos, Aline Mendonça (ORGS). COIMBRA., Ed: ALMEDINA, 2011.

HESPANHA, Pedro. Da expansão dos mercados a metamorfose das economias populares. Revista crítica de ciências sociais, 84:49- 64. 2009

HESPANHA, Pedro ET all. Dicionário Internacional da Outra economia. São Paulo: Almedina, 2009.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Karl. Para Crítica da economia política. São Paulo. Abril Cultural, 1982.

MORAES. Antonio Carlos Robert. Circuitos espaciais e círculos de cooperação, mimeografado. São Paulo, 1985.

QUEIROZ, Greiziane Araujo. O circuito inferior da economia urbana: a pesca no município de Ilhéus- BA. . UniCamp p. 93. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências, Campinas, 2011.

RIBEIRO, A.C.T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: Silva, Catia Antonia ET AL (org) Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço;. Vol3. Rio de Janeiro: Letracapital 2013.

_____.Desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida in Silva, Catia Antonia ET AL (org). Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço; Vol5. Rio de Janeiro: Letracapital 2013.

RIBEIRO, A.C.T. e SILVA, Catia Antonia. Impulsos globais nas metrópoles das periferias capitalista. in Silva, Catia Antonia ET AL (org). Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço; Vol5. Rio de Janeiro: Letracapital 2013.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. A Pobreza Urbana. São Paulo: EDUPS, 2009.

_____. A Urbanização Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____.A Natureza do Espaço. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. O Retorno do território In: OSAL. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>

SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, BOAVENTURA de Souza. Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Catia A. da. Por um desenvolvimento das economias locais: pesca e território. In XIII Simpósio Internacional de Geografia Urbana. UERJ 18 a 22 de janeiro de 2013. Anais.

_____.Economia Política do Território: desafios para pensar a metrópole. In Silva, Catia Antonia ET AL (org)Território e Ação Social: sentido da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. Economia Política e Ordem Espacial; os dois circuitos da economia urbana. In Silva, Catia Antonia ET AL (org) Território e Ação Social: sentido da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

ZAOUAL, Hassan. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A,2006.